

## PS DISTORCE AS PROPOSTAS DO PSD



No final de uma arruada muito participada na Avenida da Igreja, em Lisboa, esta segunda-feira, Rui Rio criticou o secretário-geral do PS por “tentar inculcar medo” nos portugueses com “o papão da direita”. Rui Rio espera que o PS faça uma campanha “com base nas suas propostas”, sem “deturpar as ideias do PSD”, caso contrário “António Costa vai continuar a falar sozinho”



pág. 7

### PSD

#### O PROGRAMA ELEITORAL DO PSD EM SETE ÁREAS DA GOVERNAÇÃO

Rui Rio apresentou o programa eleitoral, dia 7, em Lisboa, propondo uma “cultura de compromisso” entre os partidos para fazer as “reformas inadiáveis” que Portugal precisa. Conheça as propostas em sete áreas essenciais



pág. 9

### LOCAIS

#### CÂMARA DE COIMBRA APROVA ORÇAMENTO PARA SERVIÇO TRANSPORTES URBANOS

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou, dia 17 de janeiro, o orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) para 2022, no valor de 26,6 milhões de euros



pág. 11

### REGIONAIS

#### MADEIRA QUER ATINGIR 40% DE PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL EM 2022

A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis na Madeira vai atingir 40% este ano, revelou Miguel Albuquerque, quando estão previstos investimentos na ordem dos 69 milhões de euros até 2026

RUI RIO

# “A CLASSE MÉDIA É A QUE TEM LEVADO MAIS PANCADA COM GOVERNAÇÃO DO PS”



Rui Rio acusa António Costa de tentar criar “uma polémica em torno da classe média”, para esconder “as notórias dificuldades” que o Primeiro-Ministro demonstrou no debate televisivo de quinta-feira à noite.

Rui Rio, que falava dia 14, no final de uma visita a uma empresa da área digital em Torres Novas, distrito de Santarém, considera que António Costa “reduziu a classe média” e transformou-a “numa franja de pessoas mais desfavorecidas”. “A classe média é a que tem levado mais pancada com a governação do PS, desde sempre (...), mas particularmente nestes seis anos. Um país desenvolvido é um país com uma grande classe média. Um país subdesenvolvido é um país que quase não tem classe média”, declarou.

O Presidente do PSD sublinha que quando “o salário médio está pouco acima dos mil euros e a mediana está nos 900 euros”, isso significa que “temos uma classe média fraca”.

Rui Rio diz que o Primeiro-Ministro procura, deste modo, refugiar-se numa “rábula”. “Ele [António Costa] sente isso. Ele percebe isso e tentou inventar ali uma rábula em torno da classe média, porque percebeu que, no debate, não conseguiu vincar grandemente as suas opções, ou se conseguiu elas não convencem os portugueses face aos seis anos que ele tem de governo”, acrescentou.

Sobre o Serviço Nacional de Saúde, Rui Rio explica que apesar de o PS andar “com uma lupa a ver os documentos todos que o PSD anunciou, a ver se na linha 38 da página 24 [do programa eleitoral do PSD] consegue apanhar alguma coisa”, o PSD é inequívoco: “ninguém pode deixar de ser tratado [de receber cuidados de saúde] por falta de meios financeiros”.

Em relação à TAP, Rui Rio frisa que, depois de injetado “muito dinheiro” dos contribuintes portugueses, é preciso “encontrar” um investidor que “queira comprar a par-

ticipação do Estado e assuma a gestão” da companhia aérea.

Na visita de 14 de janeiro, Rui Rio destaca que o PSD tem como prioridade, entre as suas propostas políticas que apresenta aos portugueses, apostar na criação de “me-

lhores empregos e melhores salários”. E um dos exemplos deste modelo económico é Digidelta, empresa de Torres Novas, “que não precisa de um decreto para aumentar o salário mínimo, pois tem condições para pagar acima desse próprio decreto”.



## RUI RIO EM BARCELOS

# PS “DETURPA” PROPOSTAS DO PSD PARA “AMEDRONTAR AS PESSOAS”

Rui Rio acusa o PS de “deturpar” as propostas do PSD e de insistir na mentira, como a privatização da Segurança Social, para “amedrontar” os eleitores. “E quando eles (PS) sentem que podem perder começam sempre da mesma maneira, começam a deturpar aquilo que nós dizemos e, em vez de darem as suas propostas, começam a deturpar as nossas”, afirmou Rui Rio, num discurso dirigido às centenas de apoiantes e militantes que se juntaram no domingo à tarde em Barcelos, no arranque oficial da campanha eleitoral.

Rui Rio dá como exemplo a mentira de o PS andar a dizer que o “PSD vai querer privatizar a Segurança Social”. “Nunca o PSD disse isso, sabem que não dizem, mas como não têm propostas concretas deles próprios tratam de mentir com as propostas dos outros, ninguém vai privatizar segurança social nenhuma”, reforçou.

Garantiu que aquilo que o PSD quer é “assegurar as pensões de hoje, como inclusive as de futuro” e que “ninguém vai privatizar Segurança Social nenhuma” e “ninguém vai por o futuro das pensões das pessoas na bolsa”. “Isso eu disse claramente na televisão, o PS ouviu-me a dizer isso, mas insiste nessa mentira para tentar amedrontar as pessoas”, frisou.

Rui Rio sublinha ainda que o PS “também diz”, apesar do programa do PSD “ser mais do que claro”, que os socialistas-democratas querem “pôr os Portugueses a pagar o Serviço Nacional de Saúde (SNS)”. “Não pagam e não vão continuar a pagar e o PS sabe disso, mas quer mentir e



amedrontar as pessoas, não é forma de fazer campanha eleitoral e eu espero que isto mude”, frisou.

Para o líder do PSD, a “cereja em cima do bolo, do bolo que eles (PS) servem aos portugueses sempre que estão a ver que podem perder as eleições, são as sondagens”. “De cada dia que passa quanto mais subimos, mais sondagens fazem a dizer que a distância cada vez é maior”, apontou, lembrando as recentes eleições autárquicas em Lisboa, bem como a sua eleição no Porto. Rui Rio entende que “tem que haver mais decência nisto, porque não é forma de fazer campanha eleitoral”.

O Presidente do PSD apelou, precisamente neste início de campanha, a que “cada partido defenda as suas propostas e não ande contar mentiras sobre as propostas dos outros”. “É esse o apelo que eu faço a todos os partidos e, em particular ao PS que, nessa matéria se tem revelado aquele que tem sido pior, não é o único, mas é aquele que tem sido pior. Vamos fazer uma campanha pela positiva,



cada um que defenda as suas propostas e deixe os outros defenderem as deles, sem vir mentir às pessoas, sem vir meter medo às pessoas”, assinalou.

A caravana social-democrata participou depois numa arroadada pelo centro de Barcelos, sempre com centenas de simpatizantes, muitos de bandeira do PSD em punho. Em

frente à sede do PSD de Barcelos, terra onde, como Rui Rio fez questão de lembrar, Sá Carneiro tinha uma forte ligação, o discurso de Rui Rio foi muito aplaudido, várias vezes interrompido por cânticos como “vitória, vitória” ou “PSD, PSD, PSD”.



## RUI RIO EM BRAGA

# “NÃO ADIANTA” GANHAR ELEIÇÕES COM “PROMESSAS QUE COMPROMETEM O FUTURO”

Em Braga, domingo, 16 de janeiro, o Presidente do PSD avisou que “não adianta ganhar” as próximas eleições legislativas com “promessas que comprometem o futuro”, justificando a opção de descer primeiro os impostos sobre as empresas do que sobre as famílias.

Numa intervenção na primeira edição das “Conversas Centrais” da campanha eleitoral do PSD – sessões temáticas dedicadas a um capítulo do programa eleitoral –, este domingo sobre Economia e Inovação, numa tenda aberta colocada na praça mais central de Braga, Rui Rio sustentou que a principal diferença do PSD para o PS “não é a política fiscal, é a frontalidade e a coragem” com que se apresentam aos eleitores.

“Para captar os votos das pessoas não é a melhor estratégia dizer que se baixa primeiro o IRC do que o IRS, eu sei que não é (...) mas aquilo que eu quero é melhorar a vida das pessoas, não na expectativa da próxima eleição, mas na expectativa do seu futuro e do futuro dos seus filhos”, afirmou.

O Presidente do PSD defendeu que, para Portugal ter uma economia robusta, tem de começar “por se acarinhar a produção e não o consumo”. “Eu quero que as pessoas percebam que não adianta nada ganhar a próxima eleição com promessas que comprometem o nosso futuro. Eu quero ganhar a próxima eleição com o compromisso com os portugueses de construir um futuro melhor e, para isso, tenho de ser frontal e genuíno”, salientou.

Rui Rio reiterou querer distinguir-se do PS “na construção do futuro e não no objetivo de querer ganhar uma eleição a todo o custo”.

“Vamos baixar o IRC e também o IRS também e nesta legislatura, mas não vamos pôr o carro à frente dos bois”, afirmou.

Na sua intervenção, Rui Rio reiterou que o objetivo principal do PSD, se vencer as eleições antecipadas de 30 de janeiro, será que os portugueses “tenham melhores empregos e melhores salários”.

O líder do PSD salientou outra promessa económica do programa eleitoral: que, até ao final da legislatura, o Estado pague aos seus fornecedores a 30 dias, de forma a ajudar na capitalização das empresas.

Rui Rio explicou qual o objetivo destas sessões temáticas, que já existiram na campanha eleitoral para as legislativas de 2019. “Em vez de fazer um comício em que se dão quatro ou cinco gritos a ver se no telejornal aparece um dos gritos, transmitir às pessoas quais são as nossas principais ideias e medidas”, disse.

Tal como há dois anos, a sessão temática foi antecedida de um momento humorístico, protagonizado pelos atores Carla Vasconcelos e Sandro Moisés. A atriz deu corpo à per-



sonagem da “D. Palmira”, apresentada como dona de casa e especialista em economia e inovação.

“Esta rábula representa que as coisas também podem ser feitas com humor, as mensagens também podem ser transmitidas de forma simples, mas ligeira”, enquadrou André Coelho Lima, o moderador das “Conversas Centrais”.

## “É O SISTEMA DE JUSTIÇA” QUE ESTÁ NA LINHA DA FRENTE DO COMBATE À CORRUPÇÃO

O Presidente do PSD afirmou ainda que quem está na “linha na frente” do combate à corrupção é o sistema de justiça, “não é a política”, a qual tem de dar “os instrumentos e as leis necessárias”.

“A política tem efetivamente alguma responsabilidade no combate à corrupção, mas quem está na linha da frente do combate e de acabar com a corrupção é o sistema de justiça, não é a política”, disse Rui Rio, quando desafiado por um militante durante a sessão “Conversas Centrais”.

Rui Rio sublinhou que a “política tem de dar ao sistema de justiça os instrumentos e as leis necessárias para poderem atuar, e a esse nível no que concerne particularmente aos recursos, sejam humanos sejam técnicos”. “Mas eu também não consigo compreender e vejo às vezes algumas entrevistas de alguns membros do sistema de justiça muito indignados com a corrupção, quando lhes compete a eles, em primeira linha, condenar os corruptos, julgar os corruptos e meter os corruptos na cadeia”, afirmou.

E continuou: “Com isto não estou a dizer que a política não tem responsabilidades, mas vamos centrar onde estão as responsabilidades, está no dar os meios adequados à Polícia Judiciária e à Procuradoria-Geral da República e esses meios devem ser dados efetivamente, sejam humanos sejam outros meios”.

O Presidente social-democrata declarou ainda não lhe parecer que “o mal esteja neste momento nas leis”, lembrando que foi aprovado recentemente “um pequeno pacote relativamente à corrupção por unanimidade na Assembleia da República”.

“Vamos lá ser claros, nós precisamos de um sistema judicial que saiba funcionar direito para realmente combater a corrupção como se impõe que deva ser combatida. Não podemos é dizer que tem que haver separação de poderes, mas depois a política é que tem que resolver aquilo que cabe à justiça resolver, justamente no quadro da separação de poder”, frisou.

Rui Rio referiu ainda que “não é a política que se vai meter nas sentenças e dizer quem é que deve ser investigado e como deve ser e quando deve ser, nada disso, isso é que seria estar a misturar as coisas”.



Nestas conversas com os militantes e os simpatizantes em Braga, no final do primeiro dia oficial de campanha eleitoral, Rui Rio foi, de novo, desafiado a falar sobre as “mentiras” do PS sobre o que o PSD defende para Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde, bem como as sondagens, sobre a inovação, os bairros e a habitação social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).



**RUI RIO EM LISBOA**

# “PS ESTÁ A TENTAR INCUTIR MEDO” NOS PORTUGUESES



No final de uma arruada muito participada na Avenida da Igreja, em Lisboa, na segunda-feira, 17 de janeiro, Rui Rio criticou o secretário-geral do PS por “tentar incutir medo” nos portugueses com “o papão da direita”. Rui Rio espera que o PS faça uma campanha “com base nas suas propostas”, sem “deturpar as ideias do PSD”, caso contrário “António Costa vai continuar a falar sozinho”.

“O que o PS tem feito não é apresentar as suas propostas, é procurar dizer que nós propomos o que não propomos. Hoje recuperou a ladainha da prisão perpétua, se for assim vai ficar naturalmente a falar sozinho”, afirmou.

Acompanhado por Carlos Moedas, Rui Rio acusou António Costa de “estar a tentar incutir medo aos portugueses a dizer que, se ganhar o PSD, vem aí o papão da direita”. “O que queremos é um Serviço Nacional de Saúde melhor e não que os portugueses paguem a saúde em dobro – pelos impostos e quando vão ao hospital – e muito menos queremos a privatização da Segurança Social. Queremos uma Segurança Social pública que ga-

ranta não só as pensões atuais, como futuras”, explicou.

Rui Rio apelou ao PS e a António Costa para, em vez de andarem a deturpar a mensagem do PSD, defendam as ideias que têm para o país. “Não é a primeira vez que o PS faz isto, espero que a campanha ganhe elevação, que

peças. O facto de aparecerem no início é significativo”, apontou.

Carlos Moedas considera que a mobilização do PSD em todo o país mostra “uma dinâmica de mudança e que as pessoas estão cansadas do sistema”. “Sinto na rua o



o dr. António Costa faça as propostas dele, critique as minhas de que discorda, tal como eu criticarei as dele. Não vou inventar aquilo que ele não disse, os meus argumentos contra o PS são na base do que o PS fez e quer fazer, e não do que o PS não faz”, afirmou.

Perante a adesão enérgica e participada das pessoas às iniciativas de campanha do PSD, Rui Rio conclui que está em marcha uma “dinâmica” de mudança. “Já fiz muitas campanhas, como tenho dito sou quase um profissional de eleições, sei que no fim aparecem sempre mais

que já sentia como candidato à Câmara Municipal de Lisboa: que as pessoas querem essa mudança, e sobretudo o projeto para o país que o PSD tem. É por isso que estou aqui a apoiar Rui Rio e o PSD, temos de mudar”, justificou.

Além de Carlos Moedas e de Ricardo Baptista Leite, marcaram também presença na arruada vários dirigentes do PSD, como Joaquim Sarmento, Isabel Meirelles, Pedro Roseta, Filipa Roseta, o antigo chefe da Casa Civil de Cavaco Silva, Nunes Liberato, além de vários deputados e figuras da Distrital e da Secção do PSD de Lisboa.



## O PROGRAMA ELEITORAL DO PSD EM SETE ÁREAS DA GOVERNAÇÃO

Rui Rio apresentou o programa eleitoral no dia 7 de janeiro, em Lisboa, propondo uma “cultura de compromisso” entre os partidos para fazer “reformas inadiáveis” que Portugal precisa. Conheça as propostas do PSD em sete áreas essenciais.

### SAÚDE/SNS

O PSD pretende reestruturar o modo de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e apostar num Sistema Nacional de Saúde assente em três pilares – público, privado e social – em que “o Estado continua a ser o elemento central e maioritário”.

Quer ainda rever a Lei de Bases da Saúde, promover um novo modelo de financiamento que premeie os resultados e garantir um médico de família a todos os portugueses, comprometendo-se, na fase de transição até à cobertura universal, com o acesso a um médico assistente a todos, recorrendo ao setor social e privado quando necessário.

### TRABALHO/SALÁRIOS

O PSD defende ser necessário superar o modelo de crescimento assente em salários baixos e compromete-se com o “aumento sustentado da remuneração do trabalho e dos salários médios” e com a “valorização da concertação social e a limitação da intervenção do Estado nos processos de negociação coletiva”.

O aumento do Salário Mínimo Nacional “deve estar em linha com a inflação mais os ganhos de produtividade”, sugerindo que o seu valor possa ser decidido após a elaboração de um relatório anual técnico independente sobre o assunto, como defendeu a OCDE.

### IMPOSTOS

O PSD defende a redução da taxa do IRC dos atuais 21% para 19% em 2023 e para 17% em 2024 – a taxa reduzida aplicável às PME passaria dos atuais 17 para 13% – e cortar 800 milhões de euros no IRS entre 2025 e 2026 (400 milhões em cada um dos anos, dos quais 350 milhões de euros para desagregar os escalões de rendimento até 60 mil euros).

Compromete-se ainda reduzir para 0,25% o limite inferior do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a partir de 2024 e descer temporariamente o IVA da restauração (de 13% para 6% entre julho de 2021 e dezembro de 2023), com o objetivo de mitigar o impacto da pandemia neste setor.

### JUSTIÇA/COMBATE À CORRUPÇÃO

O PSD defende uma reforma urgente da legislação administrativa e tributária, com a criação de um plano de contingência para recuperação de atrasos processuais, e prioridade no combate à corrupção e criminalidade conexas, comprometendo-se com o reforço de “meios e recursos” do Ministério Público e os órgãos de polícia criminal.



PSD

O PSD propõe ainda a recomposição dos conselhos superiores das magistraturas (para que a maioria dos seus membros não sejam magistrados), e reformar o sistema de avaliação destes profissionais.

**REGIONALIZAÇÃO**

O PSD promete aprofundar o processo de descentralização das funções do Estado Central e implementar um Programa de Desconcentração que desloque progressivamente alguns serviços públicos relevantes para fora das maiores áreas metropolitanas, “com respeito pelos direitos de pessoas e famílias e recorrendo a instrumentos de compensação sempre que isso se revele necessário”.

Além disso, compromete-se a abrir à sociedade portuguesa a discussão sobre a regionalização, e a implementar as medidas que contribuam para corrigir as disparidades territoriais, “desde que correspondam à vontade maioritária dos portugueses”.

**AMBIENTE E CLIMA**

O PSD quer que uma futura revisão constitucional aprofunde as dimensões do ambiente e da sustentabilidade, defende a neutralidade carbónica em 2045 e pretende lançar o Programa para a Ação Climática, Transição Energética e Eco-inovação, destinado a empresários.

O PSD propõe ainda premiar os municípios mais ‘amigos’ do ambiente, reintegrar a tutela das florestas no Ministério da Agricultura e retomar a reforma da “fiscalidade verde”, lançada pelo anterior Governo PSD/CDS-PP, em 2015, comprometendo-se também com um Portal Único do Licenciamento para toda a administração, central e local.

**SISTEMA POLÍTICO**

O PSD propõe-se reduzir, via revisão constitucional, o número de deputados de 230 para 215 e limitar todos os mandatos de cargos políticos, incluindo o dos deputados, para um máximo de três consecutivos (doze anos).

O PSD compromete-se ainda a reconfigurar os círculos eleitorais – que passariam a eleger um máximo de nove e um mínimo de três deputados –, uniformizar os mandatos legislativos e autárquicos com os do Presidente da República e do Parlamento Europeu (passando de quatro para cinco anos), e criar uma Comissão de Ética, na dependência do parlamento, mas constituída por cidadãos de mérito e antigos deputados.



# CÂMARA DE COIMBRA APROVA ORÇAMENTO PARA SERVIÇO TRANSPORTES URBANOS

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou, dia 17 de janeiro, o orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) para 2022, no valor de 26,6 milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano (GOP) e o orçamento dos SMTUC para 2022 foram aprovados por maioria, em reunião extraordinária do executivo que decorreu ao final da tarde, contando com cinco abstenções: quatro do PS e uma da CDU.

“Sendo o orçamento dos SMTUC parco e comprometido, preparar e apetrechar os SMTUC para servirem bem todas as populações, é um desafio que requererá a participação ativa de todos”, sublinhou a vereadora da Câmara Municipal de Coimbra e presidente do Conselho de Administração dos SMTUC, Ana Bastos.

Ao longo da sua intervenção, Ana Bastos explicou que apesar das grandes dificuldades económicas que os SMTUC enfrentam, a opção estratégica assenta na manutenção do tarifário em todos os títulos e modalidades de pagamento, comparativamente a 2021, reforçando a política de promoção do uso dos transportes públicos em detrimento do veículo individual”.

“Será ainda mantido o transporte escolar gratuito a todos os alunos da rede pública, até ao 12º ano de escolaridade, num investimento superior a 4 milhões de euros. No estrito cumprimento da lei, está a ser concedido o acesso ao Passe de Antigo Combatente”, acrescentou.

Em termos de investimentos, a aposta é feita em “quatro áreas principais, com um Plano Plurianual de Investimento que ascende a cerca de 10 milhões de euros”.

“A reorganização e melhoria do funcionamento das oficinas, a renovação da frota, as novas tecnologias e a melhoria das instalações iniciam-se em 2022, mas terão tempos diferentes para a sua finalização”, esclareceu.



Em relação à renovação da frota, Ana Bastos informa que se prevê a entrada ao serviço, a curto prazo, de cinco viaturas elétricas, adquiridas no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência para o Uso dos Recursos – POSEUR, num investimento de 2,3 milhões de euros.

“Foi ainda recentemente submetida uma candidatura à 3ª chamada do POSEUR, para aquisição de 10 autocarros e 12 miniautocarros movidos a energia limpa, num investimento global no valor de cerca de 8,5 milhões de euros, com o intuito de substituir as viaturas antigas e que assumem impactos negativos em termos de emissões ambientais e de consumo de combustível”, referiu.

Segundo a presidente do Conselho de Administração dos SMTUC, “a frota é, ainda assim, insuficiente para dar resposta ao serviço oferecido, pelo que o orçamento para 2022 prevê a dotação de mais quase 800 mil euros para novas aquisições”.

Ao nível tecnológico, 2022 será “o ano da entrada ao serviço um conjunto de plataformas e serviços à distância”, com o Sistema de Informação em Tempo Real a ser alargado a outras paragens, “o que irá obrigar à aquisição de novos painéis informativos no valor de cerca de 206 mil euros”.

“A breve trecho, será também oferecida a plataforma internacional Movit, que permitirá aos utilizadores acederem à distância aos horários, em tempo real, assim como planear as viagens. O sistema de bilhética integrada e multimodal encontra-se em fase final de desenvolvimento e de instalação”, revelou.

Para o corrente ano, está ainda previsto “o início de várias intervenções nas instalações dos SMTUC”, totalizando um investimento de 705 mil euros, bem como a reformulação do sistema Ecovia.

## ARCOS DE VALDEVEZ INVESTE 850 MIL EUROS NA REQUALIFICAÇÃO DO RIO VEZ

A Câmara de Arcos de Valdevez, no distrito de Viana do Castelo, abriu concurso público para a requalificação de 7.600 metros quadrados da margem direita do rio Vez, num investimento de 850 mil euros, divulgou a autarquia no dia 17 de janeiro.

A execução da empreitada Ecoparque do Vez - requalificação das margens do rio Vez vai abranger “três leiras terraceadas e muradas, desde o parque de estacionamento do Largo do Cristina até ao Campo do Trasladário”.

Segundo uma nota da câmara liderada pelo social-democrata João Manuel Esteves, o “espaço de continuidade ao longo do rio necessita de ser resgatado para uso dos arcuenses, integrando a ecovia do Vez e toda a marginal pedonal”.

A ecovia do rio Vez desenvolve-se ao longo dos rios Lima e Vez, numa extensão total de 32,5 quilómetros. No rio Lima, pela margem direita, do limite concelhio, em Jolda S. Paio até ao lugar de Gândara, freguesia de Santar, passando pelas freguesias de Padreiro e de Távora. No rio Vez, pela margem direita, limitado a norte pela aldeia classificada de Sistelo e, a sul, pelo lugar de Prova, freguesia de Paço.

O projeto agora lançado a concurso público visa a inte-

gração de um espaço verde de uso público na marginal urbana da vila que procurará trazer a população para o seu usufruto, complementando e interligando dois importantes locais da vida de Arcos de Valdevez, a praia Fluvial da Valeta e o Campo do Trasladário.

A intervenção prevê a criação de “um espaço de fruição ao ar livre de lazer, uma área capaz de albergar eventos culturais, concertos, feiras, ou mesmo um festival, integrando também a ecovia, que irá permitir ter um percurso pela copa das árvores, junto às margens do rio Vez”. Além de ser dirigido à população local, o projeto pretende ser mais um elemento de atrativo para os visitantes”.

De acordo com o Plano Municipal de Ambiente, a bacia do rio Vez, com 252 quilómetros quadrados está localizada nas montanhas do Soajo e da Peneda.

O rio Vez, um dos principais afluentes do rio Lima, ambos integrados na lista de Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 (Rede Ecológica da União Europeia), tem sido, “ao longo dos tempos, de grande importância para a população local, desde fonte de energia de azevins, passando por múltiplos usos domésticos e recreativos”.

A “praia do Pontilhão da Valeta, classificada como água balnear para banhos pela Agência Portuguesa do Am-

biente (APA), assume-se hoje como um dos locais mais utilizados pela população local e de outras paragens, como zona balnear”.

O concelho de Arcos de Valdevez, o maior do distrito de Viana do Castelo, tem uma área de 450 quilómetros quadrados, representando cerca de 20% da área total do Alto Minho (2.219 quilómetros quadrados).



# ESTADO NÃO SE PODE DESRESPONSABILIZAR DO FINANCIAMENTO À UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, defendeu no 46º aniversário da Universidade dos Açores (UAc), que “não se pode permitir” que o Estado se desresponsabilize do financiamento à instituição.

Na cerimónia, que decorreu dia 17, na aula magna daquela academia, em Ponta Delgada, Bolieiro enalteceu a importância de assegurar a tripolaridade e a “singularidade” da UAc.

“Ao Estado não se pode permitir qualquer desresponsabilização neste dever democrático, de civilização, moderno e de futuro indeclinável”, afirmou.

O presidente do executivo açoriano lembrou que o Governo Regional se “comprometeu a apoiar” a universidade “nos seus sobrecustos de tripolaridade, com a transferência de meio milhão de euros em 2021”, que foi realizada a “tempo e a horas”.

“Nós cumprimos e cumpriremos. O Governo da República não cumpriu. Seremos solidários e ativos na justa reivindicação”, declarou.

Para “cumprir com honra à palavra dada”, Bolieiro realçou que o executivo vai transferir para a academia 650 mil euros em 2022 e 800 mil em 2023, no âmbito ao apoio à manutenção dos três polos nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

O executivo açoriano vai ainda apoiar os centros de investigação da UAc com 1,6 milhões de euros durante os quatro anos de mandato, equivalente a “265 mil euros ano”.

O presidente da Assembleia Legislativa Regional, Luís Garcia, considerou a UAc um “pilar fundamental da autonomia” açoriana, sendo por isso necessário “cuidar da sua força e da sua estabilidade”.

“Não podemos aceitar que a ela seja discriminada negativamente no acesso a fundos europeus devido à sua localização, quando essa devia ser a base de uma discriminação positiva por estar situada numa região ultraperiférica”, afirmou.



Luís Garcia apelou ainda para que seja encontrada uma “solução estrutural” para “resolver o subfinanciamento” da academia açoriana.

“Não podemos aceitar que o Estado não cumpra os compromissos assumidos há muito quanto ao financiamento da instituição”, afirmou.

Em fevereiro de 2021, por iniciativa do PSD, a Assembleia Regional aprovou por unanimidade um voto de protesto contra o Governo da República por incumprimento do protocolo com a Universidade dos Açores.

## SÃO ROQUE DO PICO APRESENTA ORÇAMENTO PARA O “FUTURO”



O município de São Roque do Pico, Açores, tem um orçamento de 6,3 milhões de euros para este ano, prevendo-se a requalificação das infraestruturas de abastecimento de água, com o apoio de fundos comunitários.

Luís Filipe Silva, presidente da autarquia, considerou que 2022 vai ser “um ano de lançar projetos, lançar candidaturas e lançar concursos públicos”. “As prioridades para este ano são preparar candidaturas ao futuro quadro comunitário de apoio, nomeadamente ao nível de infraestruturas, de abastecimentos de águas e de remodelação da rede de água, que estão obsoletas e a dar problemas”, afirmou.

Assim, acrescentou, um dos grandes objetivos é estar em condições de lançar a candidatura logo que abra o quadro comunitário, para posteriormente “lançar rapidamente as obras”.

O presidente do município destacou ainda o investimento no parque empresarial de São Roque do Pico e as “pequenas obras” como os “arranjos urbanísticos da vila”.

Luís Filipe Silva disse também que vai continuar a “pressionar o Governo Regional”, “para que se cumpram os compromissos assumidos, nomeadamente no ordenamento da orla costeira, da frente marítima e do porto comercial”.

O autarca ressaltou, contudo, que o Orçamento para 2022 “ainda não é o Orçamento deste executivo” camarário, uma vez que é “feito com base nas despesas que vinham dos dois últimos anos”.

“Não me preocupo em chorar em leite derramado, como costuma dizer o nosso povo. Preocupo-me mais com a preparação do município e das coisas necessárias fazer para o futuro e não com o passado”, assinalou.

Nas autárquicas de 2021, o PSD reconquistou a Câmara Municipal de São Roque do Pico, nos Açores, oito anos após ter perdido para o PS, com o mesmo cabeça de lista, Luís Filipe Silva, que liderou o município entre 2009 e 2013.

# MADEIRA QUER ATINGIR 40% DE PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL EM 2022

A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis na Madeira vai atingir 40% este ano, revelou o presidente do Governo Regional, referindo que estão previstos investimentos no setor na ordem dos 69 milhões de euros até 2026.

“Vamos aproveitar o PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] para procedermos a um conjunto de investimentos muito importantes, no sentido de assegurar nos próximos anos que a Madeira produza 50% da sua eletricidade a partir de fontes renováveis”, afirmou Miguel Albuquerque.

O chefe do executivo madeirense falava, dia 18, durante uma visita às obras da Central de Baterias da Madeira, localizada no Complexo Industrial da Central Térmica da Vitória, na zona oeste do concelho do Funchal, que representa um investimento de 10,6 milhões de euros. O projeto deverá estar concluído em junho deste ano, garantindo, a partir daí, uma produção de eletricidade oriunda de fontes renováveis na ordem dos 40%, nomeadamente fotovoltaica e eólica.

Miguel Albuquerque indicou que o objetivo do Governo Regional é atingir os 50% até 2026, com base em vários projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, como a remodelação das centrais hidroelétricas da Serra de Água (15 milhões de euros) e da Calheta (6 milhões de euros), o reforço das centrais de baterias da Madeira (12 milhões de euros) e do Porto Santo (10 milhões de euros) e a substituição de 150 mil contadores tradicionais por contadores inteligentes (21,5 milhões de euros).

“Vamos investir, nos próximos anos, 69 milhões de euros, com o objetivo de atingir 50% de produção elétrica a partir de fontes renováveis, garantir que a Madeira está na liderança nesta matéria, sobretudo nas regiões ultraperiféricas da Europa, reduzir a pegada ecológica e a emissão de gases com efeito estufa”, disse.

Todos os projetos no setor da energia na região autónoma são orientados pela Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM), tutelada pelo Governo Regional, sendo o mais recente a Central de Baterias da Madeira.



A nova infraestrutura vai melhorar a eficiência do sistema eletroprodutor da ilha da Madeira, com recurso a baterias de tecnologia de iões de lítio e eletrónica de potência avançada, o que permitirá a otimização dos ativos de geração próprios e a integração de mais energia “verde”. Trata-se de um investimento global na ordem dos 10,6 milhões de euros, cofinanciado pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO-SEUR), Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo de Coesão, num montante de cerca de 6,05 milhões de euros.

## PSD/MADEIRA CRITICA “FALTA DE APOIO” AOS EMIGRANTES REGRESSADOS

O “menosprezo” e a “falta de respeito” do Governo da República pelos emigrantes madeirenses que regressaram da Venezuela, negando apoios à região autónoma depois de os ter acolhido, foram criticados pelo PSD/Madeira no plenário do parlamento regional, dia 13.

“Houve um menosprezo enorme pelas pessoas que regressaram à Madeira”, afirmou o deputado social-democrata lusodescendente Carlos Fernandes numa intervenção na sessão plenária da Assembleia Legislativa.

O parlamentar destacou o esforço do executivo madeirense para “receber e integrar” os cerca de 10 mil emigrantes madeirenses e lusodescendentes que decidiram regressar ao arquipélago, e mencionou que cerca de 9.000 estão inscritos no Serviço Regional de Saúde e 2.000 integraram o sistema de ensino da Madeira, o que, no seu entender, evidencia que “o Governo Regional não deixou ninguém para trás”.

Por outro lado, considerou, “o Estado gozou com a Madeira e os emigrantes”, porque “nunca chegou a concretizar os apoios prometidos”.

Entre outros aspetos, criticou que estes emigrantes tenham sido “excluídos” do programa Regressar, que o Estado não tenha “resolvido a situação do Banif e BES” - bancos nos quais muitos investiram as poupanças de uma vida inteira - e que quem quis voltar ao seu país tenha sido obrigado a pagar preços “exorbitantes” nas viagens aéreas da TAP.

O deputado do PSD/Madeira realçou que o regresso destes emigrantes “trouxe uma onda de investimentos na região”, devido à “coragem dos empresários que, apesar de terem perdido tudo, usaram a sua experiência e empreendedorismo”.

No plenário, os deputados madeirenses aprovaram por unanimidade um voto de pesar pela morte do presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, dia 11, e pelo falecimento da artista plástica madeirense Lourdes Castro.

Houve também unanimidade na votação do diploma que adapta à região o decreto-lei que aprovou o regime jurídico da primeira venda de pescado fresco, “acomodando-o às realidades da Madeira”.

Esta medida vem permitir o “leilão à distância”, com recurso às novas tecnologias por parte dos compradores e “um sistema de gestão integrada que propicia um sistema digitalizado e mais uniforme e digitalizado”, destacou o secretário regional do Mar e das Pescas, Teófilo Cunha, durante a discussão do diploma.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****LOULÉ**

Ao a brigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé do PSD, para reunir no dia 19 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 15H00, na Sede do PSD de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas Candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 19H00.

**OLIVEIRA DE FRADES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 19 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 15H00, para reunir na Sede do PSD de Oliveira de Frades, sita no Jardim Dr. Dinis Vieira, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com os estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 18H00

**TAVIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tavira para reunir no dia 23 de fevereiro (quarta-feira) de 2022, pelas 18H00, na Sede da Secção de Tavira do PSD, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lt 4 - 1º J Tavira com a seguinte:

**OREDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A votação decorrerá das 18H00 às 20H00.

As listas candidatas para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**ALVAIÁZERE**

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Alvaiázere da JSD, para reunião no próximo dia 29 de janeiro de 2022, pelas 17h00 no Auditório da Junta de Freguesia de Maças de Dona Maria, sita na, Rua Pimentéis Teixeira, nº 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise e discussão da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

**PORTIMÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Portimão para reunir no dia 5 de Março (Sábado), pelas 15h00, a realizar na sede da JSD Portimão, sita na Rua Direita, número 5, 1.º andar loja M, 8500-492 Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Portimão.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Direita, número 5, 1.º andar loja M, 8500-492 Portimão, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**RECTIFICAÇÃO****VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia, para reunirem no dia 12 de Fevereiro de 2022, pelas 15h00, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 15.00 horas e as 19.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.